

RELATÓRIO

XII CONGRESSO

SINDSEP-MT



**CONSTRUINDO A MOBILIZAÇÃO EM
DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS,
PELOS DIREITOS E POR DEMOCRACIA**

21 a 24.08.2018

Hotel Mato Grosso

Águas Quentes

EXPEDIENTE

COMPOSIÇÃO DA DIREÇÃO ESTADUAL (2016/2019)

NOME	CARGO	ÓRGÃO
CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA	PRESIDENTE	FUNASA
ELIAS BELISÁRIO DE ARAUJO	VICE-PRESIDENTE	INCRA
DAMÁSIO DE SOUZA PEREIRA	1º SEC. GERAL	CGU
HOBSON APARECIDO CORREA	2º SEC. GERAL	SRTE
GILDÁSIO FERREIRA GOMES	1º SEC. DE FINANÇAS	SRTE
SEBASTIÃO DE JESUS	2º SEC. DE FINANÇAS	DSEI/CUIABÁ
ENILDO GOMES	1º SEC. DE ADMINISTRAÇÃO	FUNAI
NELSO FORTUNATO OJEDA	2º SEC. DE ADMINISTRAÇÃO	MAPA
JOÃO BOSCO DE MORAES	1º SEC. ASSUNTOS JURIDICOS	INCRA
IDIVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA	2º SEC. ASSUNTOS JURIDICOS	PRF/CÁCERES
MAURICIO ALVES RATTACASO JÚNIOR	1º SEC. DE FORM. E POL. SINDICAL	FUNASA
LURDES FERNANDES ROSA	2º SEC. DE FORM. E POL. SINDICAL	FUNASA
BENEDITO ASSIS DA SILVA	1º SEC. DO INTERIOR	MS/CACERES
ALBIR ALVES DE BRITO	2º SEC. DO INTERIOR	MS/BARRA
GILMAR CAMPOS SOEIRO	1º SEC. DE IMPRENSA E COM.	FUNAI
CELSO ALFREDO SIMON	2º SEC. DE IMPRENSA E COM.	MS/COLÍDER
IZAEL SANTANA DA SILVA	1º SEC. APOS. E PENSIONISTA	M. TRANSP.
ZELAIRDES RODRIGUES LEITE	2º SEC. APOS. E PENSIONISTA	FUNAI
JOÃO DE DEUS DA SILVA FILHO	1º SEC. SAÚDE TRABALHADOR	MS/SINOP
DEUSDETE CABRAL	2º SEC. SAÚDE TRABALHADOR	9º BEC
JOACIRA SANTANA ROD. DE ALMEIDA	1º SEC. ANIST. E DEMITIDOS	CONAB
SELMO JACINTO DE OLIVEIRA	2º SEC. ANIST. E DEMITIDOS	CONAB
JOSÉ OLÍMPIO DA SILVA NETO	1º SEC. DE CULTURA	IPHAN
MANOEL MARTINS	2º SEC. DE CULTURA	CEDIDO/MS/ROO
SUPLENTES DE DIREÇÃO		
JARDES TONE DOS SANTOS PACHECO		DNIT
JOÃO MARTINS DE SOUZA		CEDIDO/ROO/MS
SERGIO BALBINO FERREIRA		CEDIDO/SINOP/MS
EVANGELISTA PEREIRA BARROS		MAPA
JOÃO GALDINO DE SOUZA		CEDIDO/STO ANT/MS
ZITA ANTONIA GOMES SILVEIRA		INCRA
CONSELHO FISCAL – TITULAR		
JOÃO SEBASTIÃO ALVES PEREIRA		CEDIDO/CÁCERES/MS
BENEDITA VANDINÉIA DE OLIVEIRA		INCRA/CÁCERES
EDMILSON LOURENÇO MÁXIMO		CEDIDO/NOVA CANAÃ/MS
CONSELHO FISCAL - SUPLENTE		
GEOVANO SANTOS MOREIRA		CEDIDO/ARENÁPOLIS/MS
ADEMAR VIANA DOS SANTOS		MS/RONDONÓPOLIS
CLARISSE MARIA SALA		CEDIDA/MATUPÁ/MS

FUNCIONÁRIOS E COLABORADORES

ADRIANE SANTOS DOS ANJOS	ASS. JURÍDICA
ELLEN KAMILA SCHLEICH	DPTO. ADMINISTRATIVO
FERNANDA CRISTINA DARIVA	SECRETÁRIA
JOÃO BATISTA DOS ANJOS	ASS. JURÍDICO
LUCIANO AURÉLIO TEIXEIRA	ASS. TECNOLOGIA INFORMAÇÃO
MARIA APARECIDA RESENDE	DPTO. FINANCEIRO
MÁRIO HASHIMOTO	ASS. IMPRENSA
RAFAEL YOSHINO DE SOUZA	ASS. JURÍDICO

Sumário

Regimento Interno do XII Congresso	05
Manifesto do XII CONGRESSO do SINDSEP-MT	08
Relatório do XII CONGRESSO do SINDSEP-MT	10
Deliberações do XII CONGRESSO do SINDSEP-MT	23
Moção de Repúdio	24
Moção de Reconhecimento	24

Regimento Interno do XII Congresso

CAPÍTULO I

DA REALIZAÇÃO DO CONGRESSO

Art. 1º - O XII Congresso do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso (SINDSEP-MT), será realizado nos dias 21, 22, 23, e 24 de agosto de 2018, no auditório do Hotel Águas Quentes, situado à rodovia BR – 364, Km 77, Serra de São Vicente, no município de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º A abertura do XII Congresso do SINDSEP-MT dar-se-á pelo Presidente do SINDICATO no dia 21/08/2018, às 19h00.

Parágrafo 1º - A Mesa de Abertura do XII Congresso do SINDSEP-MT será composta pelos seguintes membros:

- I - Representante da CUT Estadual; Representante da CONDSEF; Representante do SINDSEP-MT;
- II - Convidados.

Parágrafo 2º – Após a Abertura, serão eleitas pelos participantes do XII Congresso do SINDSEP-MT, as Mesas Diretoras para dar continuidade aos trabalhos do XII Congresso do SINDSEP-MT, conforme a programação.

CAPÍTULO II

DO CONGRESSO

Art. 3º - O XII Congresso constitui-se em instância deliberativa máxima do SINDSEP-MT.

Art. 4º - São objetivos do XII Congresso do SINDSEP-MT:

- I - Discutir amplamente a conjuntura internacional, nacional e estadual, suas implicações nas condições de vida dos trabalhadores (as) em geral, em particular os trabalhadores (as) do Serviço Público Federal no Estado de Mato Grosso;
- II - Deliberar posições sobre Planos de Lutas (estratégias) e Pauta de Reivindicações dos trabalhadores (as) do Serviço Público Federal na defesa de seus interesses e da qualidade dos serviços públicos em geral e, em particular, no Estado de Mato Grosso;
- III – Discutir e deliberar amplamente a reforma estatutária proposta.

CAPÍTULO III

DO TEMÁRIO DO CONGRESSO

Art. 5º – Será objeto do XII Congresso do SINDSEP-MT o seguinte Temário:

- I- Análise de conjuntura (Internacional, Nacional e Estadual);
- II- Balanço do Movimento;
- III- Organização Sindical;
- IV- Pauta de Reivindicações e Plano de Lutas;
- V- Reforma Estatutária;
- VI- Prestação de Contas conforme edital de convocação do XII Congresso do SINDSEP-MT, publicado no diário oficial da união, do dia 06/04/2018, seção 3, pág. 182;
- VII- Encerramento.

CAPÍTULO IV

DOS PARTICIPANTES DO CONGRESSO

Art. 6º – São participantes do XII Congresso do SINDSEP-MT, com direito a voz e voto:

- I – Os membros do Sistema Diretivo na forma do estatuto;
- II - Os Delegados (as) eleitos (as) nas Assembleias por local de trabalho.

Art. 7º – São participantes do XII Congresso do SINDSEP-MT, com direito a voz:

- I – Os observadores;
- II - Os convidados pela Comissão Organizadora do XII Congresso, onde terão direito a voz na abertura e nos temas para os quais foram convidados.

CAPÍTULO V

DO CREDENCIAMENTO DO CONGRESSO

Art. 8º – O credenciamento dos Delegados (as) e Observadores (as) do XII Congresso do SINDSEP-MT, ocorrerá no local de realização do evento.

Parágrafo 1º - O credenciamento dos delegados (a) titulares ocorrerá das 16h00 do dia 21/08/2018 até as 12h00 do dia 22/08/2018;

Parágrafo 2º - O credenciamento dos suplentes ocorrerá das 13h00 horas às 18h00 horas do dia 22/08/2018;

Parágrafo 3º - O prazo para apresentação de Recursos à Comissão Organizadora deverá ocorrer até as 12h00 horas do dia 22/08/2018.

Art. 9º: Os crachás serão entregues no ato do credenciamento e não poderão ser substituídos ou repostos em caso de extravio e/ou perda.

CAPÍTULO VI

DA ORGANIZAÇÃO DO CONGRESSO

Art. 10º - O XII Congresso do SINDSEP-MT, será composto por três organismos: A Comissão Organizadora; as Plenárias e a Comissão de Sistematização e Relatoria.

Parágrafo 1º - A Comissão Organizadora do Congresso, com poderes delegados pelo Sistema Diretivo do SINDSEP-MT, será responsável por:

- I- Criar as condições para a realização do XII Congresso;
- II- Organizar os trabalhos e documentos necessários;
- III- Organizar as assessorias e consultorias necessárias;
- IV- Garantir o credenciamento dos delegados (as) eleitos (as) conforme os critérios constantes da convocatória do XII Congresso;
- V- Elaboração do Regimento Interno do XII Congresso;
- VI- Organizar o expediente das Plenárias,
- VII- Indicar as Mesas Diretoras das Plenárias para apreciação pelos participantes;
- VIII- Produzir o Relatório final em forma de Resoluções.

Parágrafo 2º - Das Plenárias:

- I- A Plenária é o Órgão máximo e soberano do XII CONGRESSO do SINDSEP-MT e será composta de todos delegados (as) credenciados, tendo a competência de discutir, aprovar ou rejeitar as propostas;

Parágrafo 3º - Da Comissão de Sistematização e Relatoria:

I - A Comissão de Sistematização e Relatoria será composta por três representantes da Comissão de Organização do Congresso.

CAPÍTULO VII

DO FUNCIONAMENTO DO CONGRESSO

Art. 11- As Mesas Diretoras das Plenárias serão formadas por um (a) coordenador (a), um (a) secretário (a) e dois relatores (as), eleitos (as) nas respectivas plenárias.

Parágrafo 1º - Para instalação das Plenárias, será necessário 2/3 dos (as) delegados (as) eleitos (as), conforme edital de convocação ao XII Congresso do SINDSEP-MT, em primeira chamada.

Parágrafo 2º - Em segunda convocação, após trinta minutos, com a maioria simples dos (as) delegados (as) presentes.

Parágrafo 3º – As Plenárias obedecerão a programação geral do XII Congresso do SINDSEP-MT.

Art. 12 - Cabe à Mesa conduzir os trabalhos, encaminhar as propostas para a relatoria do XII Congresso, conceder ou não questão de ordem de encaminhamento (s) e de esclarecimento (s).

Parágrafo 1º - Não será permitido ao (s) Delegados (as), solicitar questões relacionadas ao Caput deste artigo para fazer outras intervenções, senão o que de fato for objeto de solicitação à Mesa;

Parágrafo 2º - O encaminhamento da Mesa será sempre prioritário, entretanto, quando existir impasse (s) na Mesa, ou entre a Mesa e outro delegado (a), a Plenária decidirá o encaminhamento;

Art. 13 - O tempo de intervenção dos (as) delegados (as) nas Plenárias dever ser de três minutos.

Parágrafo 1º - Caso a Plenária não se sinta esclarecida quanto as propostas apresentadas e defendidas, é facultado à mesa abrir novas intervenções para a defesa, sendo uma a favor e outra contrária.

Parágrafo 2º - Caso existam propostas divergentes nas plenárias, a ordem de defesa será a seguinte:

I- O delegado que apresentou a proposta divergente, fara sua defesa primeiro.

Art. 14 - As votações nas Plenárias serão feitas somente através do levantamento dos Crachás dos Delegados (as).

Parágrafo 1º- As declarações de voto só serão permitidas nas votações de mérito e somente por quem se abster de votação e/ou não defender nenhuma das proposições em votação.

Parágrafo 2º- O tempo para declaração de voto será sempre de um minuto, ou se o delegado (a) preferir, por escrito e encaminhada à Mesa, que fará a leitura.

Parágrafo 3º- As deliberações em Plenária serão tomadas por maioria simples.

Parágrafo 4º - Durante o Processo de Votação não serão permitidas questões de ordem, esclarecimento ou de encaminhamento.

CAPITULO VIII

DA PROGRAMAÇÃO DO XII CONGRESSO

Art. 15 – A programação do XII CONGRESSO DO SINDSEP-MT será a seguinte:

Terça-feira – Dia 21/08/2018

- 16h00 – Início do credenciamento dos (as) delegados (as) titulares;
- 17h00 às 18h00 - Jantar
- 19h00 – Instalação da Mesa e Abertura Solene do XII CONGRESSO DO SINDSEP-MT;

Quarta-feira – Dia 22/08/2018

- 08h00 – Continuação do credenciamento dos (as) delegados (as) titulares;
- 08h30 às 09h00 – Instalação da Mesa de Leitura, Discussão e Aprovação do Regimento Interno
- 09h00 às 12h30 – Tema: Conjuntura (Estadual, Nacional e Internacional) - Clemente Ganz Lúcio (DIEESE), Henrique Lopes do Nascimento (Presidente licenciado do SINTEP-MT), Sérgio Ronaldo da Silva (Sec. Geral CONDSEF/FENADSEF); João Luiz Dourado (Presidente da CUT/MT); Geremias dos Santos (Associação Brasileira de Rádios Comunitárias); Pedro Armengol (CUT/Nacional).
- 12h00 – Encerramento do credenciamento dos (as) delegados (as) titulares e do prazo para apresentação de recursos sobre credenciamento à Comissão Organizadora;
- 12h30 às 14h00 – Almoço;
- 13h00 às 18h00 – Credenciamento dos delegados suplentes;
- 14h00 às 18h00 – Tema: Conjuntura Econômica no âmbito do Setor Público - Max Leno (DIEESE); Helder Molina (Prof. UERJ); O novo mundo do trabalho e as novas perspectiva dos serviços e servidores públicos - Rogério Antônio Expedito (CONDSEF/FENADSEF); Ademar Rodrigues (SINTSEP-GO)
- 19h00 – Jantar;
- 21h00 – Atividade Cultural.

Quinta-feira – Dia 23/08/2018

- 08h30 às 12h30 – Apresentação, discussão e deliberação da TESE proposta pela direção do SINDSEP-MT ao XII Congresso do SINDSEP-MT;
- 12h30 às 14h30 – Almoço;
- 14h30 às 17h30 – Apresentação, discussão e deliberação sobre Balanço do Movimento, Organização Sindical, Pauta de reivindicação e plano de lutas;
- 17h30 às 18h30 – Prestação de contas, conforme publicação do edital.
- 20h30 – Atividade Cultural;

Sexta-feira – Dia 24/08/2018

- 08h30 às 12h30 – Apresentação, discussão e deliberação quanto as propostas apresentadas à Diretoria Executiva, para Reforma Estatutária em conformidade com o edital de convocação do XII Congresso do SINDSEP-MT;
- 12h30 às 14h00 – Almoço;
- 14h00 às 18h00 – Continuação do debate sobre Reforma Estatutária;
- 18h00 – Encerramento;
- 19h00 – Jantar;
- 20h30 – Atividade Cultural.

CAPITULO XIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 - Os casos omissos neste Regimento deverão ser analisados pela Comissão Organizadora do XII Congresso, pelo Sistema Diretivo do SINDSEP – MT e, em última instância, pela Plenária do XII Congresso do SINDSEP-MT.

Manifesto aprovado no XII CONGRESSO DO SINDSEP-MT**Construir a mobilização unitária pelos direitos e por democracia**

Neste momento histórico, o XII Congresso do SINDESP-MT, realizado nos dias 21 a 24 de agosto de 2018, assume o desafio de enfrentar a luta em defesa dos servidores e empregados públicos federais, por serviços públicos universais e de qualidade para toda a população, por democracia e soberania nacional sobre nossas riquezas minerais, em particular o petróleo.

Não vamos "esquecer os acordos" firmados em 2015, como quer o Ministério do Planejamento. Não vamos aceitar a retirada de direitos nas negociações dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) dos empregados públicos.

O SINDSEP-MT junto com a CUT/CONDSEF/FENADSEF irá defender, apoiar e impulsionar cada uma e todas as reivindicações dos trabalhadores de cada setor e de cada órgão público e estatal. Juntos vamos pressionar os dirigentes desses órgãos para que atendam as demandas da categoria e encaminhem o que couber ao Planejamento, como as melhorias ou implantação de carreiras. Vamos exigir negociações da pauta de reivindicações entregue em fevereiro.

Vamos construir a mobilização unitária da categoria cujas reivindicações específicas e gerais se chocam com a Emenda Constitucional 95 que congelou os investimentos públicos sociais por 20 anos, como há muito queria o capital financeiro nacional e internacional.

Para impor essa brutalidade contra o povo brasileiro - que jamais seria aprovada nas urnas - organizaram o golpe jurídico-parlamentar-midiático desfechado em 2016.

Os ataques deflagrados pelo governo golpista de Temer abalaram profundamente as conquistas sociais históricas e os direitos dos trabalhadores. Com a aprovação da EC 95/2016 abriu-se as portas para o desmantelamento do serviço público e para o arrocho salarial dos servidores, com o claro intuito de transferir os recursos para pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Aprovaram a absurda reforma trabalhista que praticamente decretou a morte da CLT, além de potencializar dramaticamente a precarização do trabalho.

E para evitar a revogação dessas medidas, o golpe promoveu um verdadeiro esquitejamento da democracia e do estado democrático de direito com a arbitrária prisão do ex-presidente Lula, que foi alvo de uma operação (Lava Jato) que tem motivação econômica (destruição da economia nacional) e política para inviabilizar sua candidatura à Presidência da República - inclusive com pressão de generais em momentos decisivos - deflagrando um estado de exceção. Uma tenebrosa desconstrução da Democracia no Brasil. Independentemente da avaliação de mérito sobre as opções de voto em 7 de outubro, não se admite que o direito de Lula a se candidatar seja cerceado.

E se destampou a fúria de uma reação obscurantista dando asas a todo tipo de preconceito, discriminação e intolerância política e social. Recrudescimento da violência, tiros contra as manifestações pacíficas, perseguição e assassinato de militantes dos movimentos sociais. Tal investida promoveu o ataque ao acampamento dos manifestantes pró-Lula, em Curitiba, tendo como consequência o ferimento de uma pessoa por tiros disparados por arma de fogo. Tal fato é veemente repudiado pela SINDSEP-MT e pela CUT/CONDSEF/FENADSEF.

Basta! Não podemos nos intimidar com a farsa das condenações num tribunal de exceção onde se condena não com base em provas, mas no achismo das "convicções"! Temos clareza de que não existe nenhuma "campanha contra a corrupção", existe, sim, um ataque ao estado democrático de direito. Lula é

preso político. Defender seus direitos legais é defender a nós mesmos, nosso direito de organização e de manifestação.

Por isso, a nossa luta salarial é em defesa dos serviços públicos e estará estreitamente associada à defesa da democracia. Dessa forma, orientamos as servidoras e os servidores a participarem de fóruns existentes ou ajudar construir espaços para discussão da defesa da democracia a exemplo dos Comitês Populares em Defesa da Democracia e da Liberdade de Lula, fóruns dos trabalhadores nos estados e outras iniciativas de centrais e movimentos sociais. Ao mesmo tempo, nossas entidades devem orientar para que a composição do congresso nacional seja renovada para que haja uma real representação dos trabalhadores e dos setores oprimidos da sociedade.

Como muito bem demonstrou o DIEESE em nossa Plenária, a ofensiva é internacional e tem sua raiz na necessidade do capital financeiro destruir todos os direitos conquistados por décadas. Portanto, para fazermos o enfrentamento ao governo títere do grande capital é necessário que ampliemos nossas alianças com as organizações dos trabalhadores e dos movimentos sociais para revogar a EC 95/2016, pressionar para a abertura da Campanha Salarial 2018 e revogar a Reforma Trabalhista, a exemplo do ocorrido com a monumental Greve Geral dos Trabalhadores, ocorrida em 28/04/2017, que contou com mais de 40 milhões de trabalhadores que pararam o Brasil e o subsequente processo de mobilização que impôs uma fragorosa derrota ao Governo Temer na sua indecente proposta de Reforma da Previdência, para a qual devemos nos manter alertas para sepultá-la de vez.

Nessas condições, nossa categoria batalha diariamente para conservar o essencial e garantir sua sobrevivência. É a luta que vamos travar, nenhum direito a menos! A luta para que o país seja de todos os brasileiros!

Cumprimento de todos os acordos firmados em 2015!

Abertura imediata de negociações sobre todas as pautas entregues ao governo!

Revogação da Emenda Constitucional 95!

Revogação da Reforma Trabalhista!

Contra o Estado de Exceção! Lula livre! Pelo direito de Lula ser candidato: Eleição sem Lula é fraude!

Em defesa dos servidores, do serviço público, da democracia e da soberania nacional!

Em defesa da regulamentação do Direito à Negociação Coletiva no serviço público e da garantia da Data Base!

Relatório do XII Congresso do SINDSEP-MT

CONSTRUINDO A MOBILIZAÇÃO EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, PELOS DIREITOS E POR DEMOCRACIA.

CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL

"Esqueçam os acordos" foi a resposta do governo golpista de Michel Temer quando a Condsef/Fenadsef cobrou o cumprimento dos 23 acordos celebrados em 2015 com os servidores federais da administração direta.

"Reajuste zero", retirada de benefícios, é a resposta nas negociações coletivas dos empregados públicos. Em 2018, continuamos confrontados à ofensiva que ataca direitos, desmantela os serviços públicos e pisoteia a soberania nacional.

É a expressão, no Brasil, das convulsões que marcam a situação mundial, numa crise sem precedentes da dominação imperialista que abre a via para aventuras das mais perigosas para a humanidade.

Governos e regimes, ainda que frágeis e em crise, atacam os trabalhadores e os povos oprimidos para preservar o sistema capitalista cuja sobrevivência empurra o mundo à barbárie. As consequências da exploração capitalista se revelam, por exemplo, na forma genocida de concentrar as riquezas nas mãos de poucos no mundo. Segundo a conceituada ONG britânica Oxfam, as oito pessoas mais ricas do mundo detêm tanta riqueza quanto a metade da população mundial. Ao mesmo tempo, 10% da população mundial vive com menos de 2 dólares por dia.

Ainda segundo a Oxfam, no Brasil, os seis mais ricos concentram a mesma riqueza que os 100 milhões mais pobres, ou seja, a metade da população brasileira - são eles Jorge Paulo Lemann (AB Inbev), Joseph Safra (Banco Safra), Marcel Henman Telles (AB Inbev), Carlos Alberto Sicupira (AB Inbev), Eduardo Saverin (Facebook) e Ermirio Pereira de Moraes (Grupo Votorantim).

Os EUA recorrem às guerras para sua política de dominação mundial, devastando povos e países como Iraque, Síria, Líbano e Ucrânia dentre outros, visando o domínio do petróleo e outros recursos naturais.

A decisão de Trump de taxar as importações de aço em 25% e alumínio em 10% mostram que sua política externa só pode ser um fator de desordem mundial, inclusive no interior dos próprios EUA - ao contrário do que anuncia, suas medidas não resolverão o problema do desemprego e da desindustrialização nos EUA enquanto, no Brasil, ameaça os empregos industriais.

O capital não pode conviver com os direitos sociais e democráticos arrancados pela classe trabalhadora em décadas de luta. É preciso varrer tudo, fazer as contrarreformas para esmagar o "custo do trabalho", no qual se incluem todo tipo de serviços públicos, desde o saneamento básico, controle de endemias, transporte, habitação, saúde, educação, empresas públicas...

Todas as conquistas sociais e democráticas são atacadas, aumentando a exploração da classe trabalhadora e particularmente das mulheres: privatizações, destruição de leis trabalhistas, questionamento das convenções coletivas, dos direitos à educação e à proteção social, dos direitos à saúde, provocando a resistência dos trabalhadores com suas organizações.

É para isso a ofensiva dos EUA para recuperar o terreno perdido na América Latina com a eleição de governos como Chaves, Evo Morales, Lula, o casal Kirchner, Rafael Correa, Mujica... Governos que buscaram estabelecer outra relação com o imperialismo. Mesmo sem romper com o capital financeiro avançaram em políticas sociais que beneficiaram suas populações, melhorando o

nível de vida de sua gente, sobretudo dos mais pobres. A classe trabalhadora conseguiu importantes ganhos que melhoraram significativamente sua vida, além de diminuir a taxa de desemprego.

A implementação de organismos multilaterais sem os EUA, como a Unasul e a CELAC (além de, noutro plano, os BRICs) expressaram uma política que desagradou o imperialismo que sempre considerou a América Latina seu quintal. Essa a razão de os EUA terem promovido fraudes eleitorais (como no México nas eleições de 2006 e 2012) e a destituição, por meio de golpes políticos-jurídicos-midiáticos, de governos como em Honduras, Paraguai, depois Brasil e a fúria constante contra a Venezuela (desde o fracassado golpe de 2002) país que, hoje com Maduro, enfrenta um feroz ataque do imperialismo americano que, além de financiar os conservadores venezuelanos, promove um boicote sobre os meios de produção prejudicando duramente à população até nas necessidades básicas como alimentos e remédios.

A tática do “golpe suave” muito usado pelo imperialismo norte-americano foi implantado no Brasil através dos principais meios de comunicação (a Rede Globo primeiramente através de seus telejornais), o uso das “fake news” (notícia falsa) através das redes sociais e é claro com a complacência do Congresso Nacional e também como disse Romero Jucá em sua célebre frase gravada “Com Supremo, com tudo!” O “golpe suave” é bem complexo e eles investem pesado na criação de falsos partidos de esquerda e dos escancarados de extrema-direita, como é o caso do PSL, de Bolsonaro, que ataca movimentos sindicais, sociais, mulheres, LGBTs imigrantes e minoria étnicas. Mas por que tanto interesse na América Latina?

O cientista político e historiador Moniz Bandeira já denunciava que por trás do golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff, há poderosos interesses dos EUA para ampliar sua presença econômica e geopolítica na América do Sul. Portanto, o golpe no Brasil deve ser entendido dentro do contexto internacional em que os EUA tratam de recompor sua hegemonia sobre a América do Sul, a ponto de estabelecer acordos com o presidente da Argentina, Mauricio Macri, para instalar duas bases militares em regiões estratégicas daquele país, uma em Ushuaia na província da Terra do Fogo, cujos limites se estendem até a Antártida e a outra na Tríplice Fronteira (Argentina -Brasil -Paraguai) antiga ambição de Washington.

O pretexto é “combater o terrorismo e o narcotráfico,” mas, na verdade, o grande interesse é o Aquífero Guarani, maior manancial subterrâneo de água doce no mundo, com um total de 200.000 Km², um manancial transfronteiriço que abrange Brasil (840.000 Km²); Paraguai (58.500 Km²); Uruguai (58.500 km²); e Argentina (255.000 Km²). Daí os grandes bancos dos EUA e da Europa estarem comprando vastas extensões de terras nessas fronteiras.

No Brasil, a ascensão de um governo de coalização, com amplo apoio dos movimentos sociais, gerou expectativa de realizar profundas mudanças estruturais que promovessem a superação do estado de submissão aos desígnios do capital em que se encontrava o Brasil até o ano de 2002.

Contudo, estruturalmente não aprofundou as reformas necessárias para que a população brasileira pudesse assumir o protagonismo e a autodeterminação necessária a uma virada histórica rumo à superação das profundas desigualdades sociais e crescimento econômico planejado que pudesse usar as suas vantagens comparativas, notadamente com o uso racional de seus recursos ambientais para realizar a virada histórica necessária para conduzir o Brasil, de maneira estruturada, a ser uma das nações mais forte do mundo. Em que pese, durante dez anos estar figurando como expoente em diversas articulações internacionais para se propor alternativas à hegemonia dos Estados Unidos da América.

A política de conciliação governamental nesse período promoveu um forte atrelamento aos interesses dos setores mais retrógrados sob a tutela do sistema financeiro (período de lucratividade fabulosa dos bancos) permitindo que o rentismo promovesse um verdadeiro assalto ao orçamento

geral da união, aumentando expressivamente a dívida pública, que já havia sido anabolizada na “Era FHC”.

Por outro lado, aplicou-se uma política econômica desenvolvimentista, ocorrendo investimentos massivos nas obras de infraestrutura (PAC), no agronegócio. De qualquer sorte, esses fatos provocaram um investimento robusto na máquina pública, pois ocorreu contratação de servidores por meio de concurso público, modernização do serviço público, investimento na agricultura familiar (mesmo que uma desproporcionalidade absurda em relação ao montante dispensado ao agronegócio), o que para aquela conjuntura se mostrou efetivo ao desenvolvimento do país, ao contrário do que proferem os defensores do neoliberalismo e defensores do estado mínimo.

Desde que assumiu o poder em 2003, o Presidente Lula teve uma forte fonte de apoio popular, chegando a uma popularidade de 87% segundo o Ibope, no final do mandato. Tal popularidade poderia ter sido objeto de pressão exercida contra os setores reacionários do Congresso Nacional no intuito de forçar o avanço de reformas estruturais (tributária e política, principalmente).

O processo de impeachment da Dilma não se tratou de um ato isolado por motivos domésticos no Brasil. Em que pese os governos Lula e Dilma não terem implementado políticas estruturais, como reforma agrária, reforma tributária, reforma política, controle dos meios de comunicação, não realizar auditoria da dívida, de fato houve conquistas, como o aumento real do salário mínimo, o reforço parcial dos serviços públicos e, principalmente, a mudança do marco regulatório sobre a exploração do petróleo, depois da descoberta do pré-sal, que os EUA não podem mais tolerar.

Ao se adaptar às instituições e ao "presidencialismo de coalizão", os governos do PT abriram brecha para a ascensão do golpista Temer que, implantado o golpe, tratou de impor as contrarreformas de interesse da burguesia, a PEC 95 (dos gastos públicos), 20 anos de congelamento dos investimentos nas áreas sociais e congelamento nos salários dos servidores públicos; Lei da Terceirização, que precariza as relações de trabalho; Reforma Trabalhista, que decreta o fim da CLT e só não passou a Reforma da Previdência pela luta dos trabalhadores que, com seus sindicatos e centrais sindicais, realizaram a maior greve geral da história, em 28 de abril de 2017.

Assim, menos de um ano depois do golpe jurídico-parlamentar de 2016, a classe trabalhadora saiu da extrema defensiva em que se encontrava, confundida que havia sido pelos anos de políticas de conciliação e depois encurralada pela combinação do ajuste fiscal do governo Dilma, em 2015, com a ofensiva golpista comandada desde os EUA.

A nova conjuntura política no país enseja uma resistência organizada da classe trabalhadora. Esta nova conjuntura se desenvolve dentro de uma situação política defensiva, a qual é caracterizada pela ofensiva política, econômica e ideológica da classe dominante sobre os trabalhadores e o povo pobre. Esta situação adversa, por seu turno, se desenrola num contexto de instabilidade política e crise econômica criada intencionalmente para tomar de volta as conquistas da classe Trabalhadora no processo histórico de lutas.

Sair dessa defensiva só foi possível porque, a CUT, junto com sindicatos, outras centrais, movimentos sociais - e com a participação ativa da CONDSEF-FENADSEF – souberam, sair às ruas permanentemente para lutar contra o ajuste fiscal e em defesa das reivindicações dos trabalhadores, nas quais a CONDSEF-FENADSEF inscreveu a greve dos servidores federais e empregados públicos ao mesmo tempo em que defendia democracia, o mandato legal e legítimo de Dilma contra o golpe.

O golpe implantou um estado de exceção no Brasil que agora avança a militarização a partir da intervenção no Rio de Janeiro, com cínico apoio da mídia. Tenta-se, assim, preencher o vazio aberto pela falência política de todas as representações da burguesia com uma ditadura do judiciário, com a própria constituição sendo ignorada e juízes e promotores não prestando contas a ninguém, a não ser a seus amos internacionais, associados, agora, a setores militares.

Fato grave acontecido nesta intervenção, foi o assassinato premeditado e covarde da vereadora do PSOL, Marielle Franco. A execução de Marielle e seu motorista, Anderson, expõe o fracasso da intervenção militar. Militante, mulher, negra, com laços na favela, Marielle fazia um trabalho de denúncia da violência cometida pelas polícias contra a população pobre de favelas e morros, de maioria negra, o que não a impedia de, também, defender os direitos das famílias de policiais mortos. Marielle se opunha à intervenção militar no Rio de Janeiro.

Só pode ser repudiada a tentativa da mídia - em particular a rede Globo - de manipular as informações para tentar descaracterizar o fato inegável de que se trata de um assassinato político em toda sua dimensão e assim deve ser exigida a apuração e punição dos responsáveis. Contra o genocídio negro, fim da intervenção militar no Rio de Janeiro!

O golpe destapou a reação obscurantista, dando asas a todo tipo de preconceito, discriminação e intolerância política e social. Racismo, homofobia, machismo, perseguição e assassinato de militantes dos movimentos sociais passaram a ser praticados com desenvoltura e a ser defendidos até abertamente, sobretudo nas chamadas "redes sociais".

Neste momento, a classe dominante segue unificada em torno da sustentação do governo Temer, tendo como objetivo principal a aprovação das contrarreformas e a transição política controlada para as eleições de 2018.

Expressiva parcela da classe média mantém-se politicamente à direita, extremamente reacionária e intolerante. A mesma parcela que se manifestou para o impeachment da Presidente Dilma, que teve forte repercussão em 2016, mas perdeu força nas ruas (como ficou patente no fracasso da última manifestação nacional da direita, em março/2018). O que demonstra que parte desses manifestantes, começou a racionalizar o problema que ajudou a construir.

O golpe não se completa, no entanto, se não inviabilizarem a candidatura de Lula à presidência da República este ano. É para isso que joga o judiciário tendo à frente o juiz Sergio Moro, pau mandado dos EUA, preparado que foi para fazer esta parte através da chamada operação Lava Jato. Moro fez cursos no Departamento de Estados Americanos, fez treinamento na Escola de Direito de Harvard, fez especialização na questão das delações premiadas, condena Lula sem provas, impõe uma pena que foi aumentada pelos desembargadores do TRF 4.

O cerco da Lava Jato sobre Lula tem um caráter essencialmente político, de signo reacionário. Do ponto de vista econômico-social, observam-se, em primeiro lugar, as agudas consequências sociais da grande recessão: elevação do desemprego; queda do salário médio; aumento do endividamento; acelerado desmonte dos serviços públicos por meio dos brutais cortes orçamentários; enfim, aumento da carestia para as grandes massas trabalhadoras. Ao longo do ano, os impactos sociais da crise seguirão incidindo sobre os trabalhadores e a população mais pobre, e também sobre a classe média.

No Rio Grande do Sul, "ruralistas" açulados pelos fascistas do MBL cometeram uma ignóbil violência contra mulheres que se manifestavam pacificamente em defesa do direito democrático de Lula ser candidato à Presidência da República. Tentaram impedir com pedras e paus o direito democrático de manifestação que, não obstante, foi exercido por dezenas de milhares de pessoas por onde passou a caravana.

O atentado a tiros contra a caravana - como de resto o golpe como um todo - não é um ataque apenas a Lula ou ao PT, é um ataque à democracia e precisa ser rechaçado com toda firmeza pelo conjunto do movimento sindical e popular, pelos setores democráticos da sociedade.

Não importa quem é o atingido pela violência e pela intolerância: da mesma maneira que os autores do golpe são os responsáveis pelo gatilho que executou Marielle Franco, são esses mesmos os responsáveis por fazer o Brasil derivar para uma terra sem lei, onde as liberdades democráticas - em particular o direito de greve e manifestação - são ameaçadas.

Ninguém pode se enganar. Esses ataques visam a aterrorizar os trabalhadores, tentar impedir a lutar por salários, por mais e melhores serviços públicos. Tentam apagar o fato de que foi a greve geral de 28 de abril, puxada pela CUT, que feriu de morte a reforma da previdência, eixo do programa do golpe, e ainda marca toda a situação.

Foi nesse quadro que os servidores puderam bloquear o PDV e a tentativa de aumentar a cobrança da CPSS. Também é nele que os servidores municipais de São Paulo realizam uma das maiores greves de sua história contra a tentativa do espúrio governo Dória acabar com sua previdência social, além de fortes greves de professores em outros estados, como o Amazonas. É, ainda, a greve de 28 de abril que permite, hoje, existir uma perspectiva política global de enfrentamento e superação do golpe, como apontado seguidamente nas resoluções da CUT.

A farsa do julgamento do ex-Presidente Lula, favorito nas pesquisas sobre intenção de voto para as eleições presidenciais (...) faz parte da estratégia das forças golpistas e reacionárias cujo objetivo é impedir que Lula concorra às eleições e volte ao governo com amplo apoio popular para reverter as medidas nefastas do governo Temer, convocar uma Assembleia Nacional Constituinte e implementar uma agenda política que fortaleça a democracia e promova um novo modelo de desenvolvimento, baseado na sustentabilidade e inclusão social, na distribuição de renda e na defesa do patrimônio público e da soberania nacional.

Pautando-se pela autonomia e independência sindical, o SINDSEP-MT junto a CUT/Condsef/Fenadsef levantou-se contra todas as medidas e projetos governamentais – fossem quais fossem os governos proponentes – que buscavam restringir ou retirar direitos dos servidores, em particular contra as reformas da previdência, notadamente a do início do primeiro governo Lula. Realizamos centenas de mobilizações, paralisações, greves, negociações para defender o salário e as condições de trabalho de nossa categoria, condição para a prestação de um serviço público de qualidade para toda a população.

Como consequência, o que houve nos últimos períodos foi uma investida brutal e sem precedentes do governo golpista nos direitos dos trabalhadores (terceirização, flexibilização dos direitos trabalhistas, congelamento de investimentos na administração pública por 20 anos, incentivos fiscais ao empresariado, entre outras medidas). Importante destacar a vitória da classe trabalhadora ao derrotar o governo na Reforma da Previdência, graças a grandes mobilizações e unidade dos trabalhadores!

Independente da nossa posição política e ideológica, não podemos concordar com as manobras que estão fazendo para impedir a candidatura do Presidente Lula, eleições sem Lula é golpe!

Não estamos aqui impedindo que os segmentos da esquerda lancem seus candidatos, estamos aqui reafirmando que não podemos deixar que as manobras articuladas pela direita golpista e fascista vençam!

Essa é a maior tarefa da classe trabalhadora, o resto é perfumaria! Conclamamos todos e todas, que acreditam num mundo melhor, sem explorados e exploradores, com respeito à diversidade, com igualdade de oportunidades, com inclusão social, que se unam em defesa de um Brasil justo, democrático e igualitário!

BALANÇO DO MOVIMENTO

O movimento sindical dos servidores públicos herdou, dos anos de 1994 a 2002, um profundo e sistemático sucateamento, iniciado anteriormente no governo Collor, e ampliado na era FHC, cujo desmantelamento provocou a determinação das condições de trabalho de maneira dramática, além de provocar a demissão massiva de servidores, por método PDV, causou forte precariedade da prestação de serviços públicos.

Nesse sentido, diante dessa herança, ocorreu uma recuperação dos postos de trabalho, principalmente entre 2003 e 2012, período que houve crescimento do PIB Brasileiro, que atingiu a 6ª maior economia em 2010.

No período entre 2003 e 2016, mais de 230.000 servidores públicos ingressaram nos quadros do Governo Federal, sendo que de acordo com o DIEESE menos de 5% dos servidores se filiaram em seus sindicatos de base. Esse fato é contundente e sintomático dos rumos que o movimento sindical vive, considerando que a maioria dos servidores egressos dos últimos concursos é composta por jovens.

O SINDSEP-MT, a CONDESEF/FENADSEF tem desenvolvido um papel muito importante em defesa do serviço público, dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras federais, da administração direta e das empresas, buscando sempre construir a unidade e ações comuns.

O lugar do SINDSEP-MT, CONDESEF/FENADSEF sempre foi e será ao lado das lutas do conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras, em defesa de suas reivindicações de classe, em defesa da democracia e da soberania nacional, que só pode existir com um serviço público e empresas públicas de qualidade.

A luta dos servidores e empregados públicos federais atravessou um período extremamente difícil e turbulento nos últimos anos, principalmente depois das grandes manifestações de junho de 2013, onde foi revelado um fosso entre o povo e as instituições, acentuando uma violenta pressão sobre nossas organizações sindicais (Sindicato de base, a Condsef/Fenadsef e a CUT) em dois sentidos: ou abandonar a defesa das reivindicações ou associar-se a setores antidemocráticos que pavimentavam o terreno do golpe com a falsa "luta contra a corrupção.

Contando com o apoio da CUT/CONDESEF/FENADSEF, a ação dos servidores com muita determinação, conseguiu afastar ambas as pressões e manteve a independência dos Sindicatos, Confederação, Federação e da Central no cumprimento de suas tarefas sindicais, na defesa das reivindicações e da democracia. Firmemente, os Sindicatos, Confederação, Federação e a CUT conseguiu encaminhar uma forte campanha salarial em 2015, vinculada aos movimentos do conjunto dos trabalhadores.

De fato, mobilizações chamadas pela CUT nos dias 8 de março, 13 de março, 7 de abril e 1º de maio de 2015, reuniram centenas de milhares de trabalhadores em todo o Brasil. No dia 13 de março, a CUT e os movimentos sociais, deram o recado: não à retirada de direitos, contra o PL 4330, da terceirização, e retirada das MP's 664 e 665 e fizeram o contraponto às manifestações antidemocráticas e pro-imperialistas que ocorreriam dois dias depois, em 15 de março.

Em 6 de agosto de 2015 uma Marcha a Brasília era realizada para forçar o governo Dilma a apresentar proposta para atender nossas reivindicações. Ela foi seguida por um Ato em Brasília, dia 09/09/2015, deliberado pela plenária da Condsef do dia 23 de setembro, um dia Nacional de Luta, com atos e paralisações e manifestações, nos Estados e em Brasília, coroava a luta contra os pacotes e a defesa das reivindicações dos servidores. Finalmente, estava na mesa de negociações proposta que o governo, recuando de sua política inicial, apresentou e os servidores federais puderam aceitar.

Essa dura campanha arrancou conquistas importantes como a recomposição parcial dos salários, incorporação da média de gratificações de atividade e desempenho aos proventos das aposentadorias no período de 2017 a 2019, ou seja, garantindo a integralidade da remuneração na aposentadoria de cerca de 350 mil servidores aposentados e pensionistas do Poder Executivo (conquista histórica).

Houve também conquistas setoriais, parte delas vetadas depois pelo golpista Temer; como por exemplo a Unificação das tabelas salariais no Poder Executivo.

Hoje, as pautas de reivindicações da campanha salarial de 2018 estão protocoladas junto ao Ministério do Planejamento, sendo que, inicialmente, a resposta do governo à nossa pauta específica que cobra o cumprimento dos acordos foi meramente "ESQUEÇAM OS ACORDOS" que foram celebrados em 2015.

A linha do governo tanto para os servidores estatutários quanto para os empregados públicos é zero de reajuste, é o arrocho salarial, é o estado de exceção que o Brasil vive depois do golpe em que o ativismo judiciário e a violação dos direitos e garantias são acompanhados de sistemáticos ataques aos trabalhadores. Não vamos esquecer os acordos como gostaria o governo. Vamos cobra-los um por um, sem lhe dar trégua. Portanto, não temos dúvidas, o golpe foi contra você, servidor e servidora!!!

Apesar dos golpistas de plantão, que buscam diuturnamente desmontar os serviços públicos e retirar direitos da classe trabalhadora, o SINDSEP-MT contribuiu e participou nas ações unificadas dos dois Fóruns mais importantes do Serviço Público, FONASEFE e FONACATE, afastando pressões que iam no sentido de afastar a luta da categoria das ações unificadas do conjunto dos trabalhadores puxadas pela CUT.

Com essa determinação conseguimos derrotar a proposta do ilegítimo governo Temer do Programa de Demissão Voluntária - PDV, derrotar a Medida Provisória 805/17, que revogava os reajustes negociados, bem como derrotar o aumento da alíquota da Previdência Social dos servidores públicos de 11% para 14%. E uma das principais vitórias da classe trabalhadora dos últimos períodos foi a derrota imposta aos golpistas pela não aprovação da Reforma da Previdência pela câmara dos Deputados Federais, bem como barramos o PLS-116/16 (que dispõe sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável), tudo fruto das nossas lutas, das nossas resistências, com a pressão consistente sobre os parlamentares, com um aviso bem claro a eles referente à contrarreforma da Previdência "SE VOTAR NÃO VOLTA".

Neste sentido, presenciamos uma reação das entidades muito aquém das necessidades que indicavam os ataques dados aos trabalhadores, muitas vezes pela divisão do movimento ou pelo equívoco das próprias entidades em definir o momento e estratégias para se contraporem aos ataques do governo e seus apoiadores! Isso permitiu que projetos e medidas fossem tomadas sem uma real ofensiva dos representantes dos trabalhadores. Aqui não vai uma crítica destrutiva, mas construtiva, de reaglutinação, de correções de táticas e estratégias, pois o momento pede total desprendimento das organizações dos trabalhadores, no sentido de construir uma ampla frente de todos os movimentos sociais para derrotar essa política e garantir os nossos direitos à liberdade, à democracia e mesmo à vida nesse país! Trabalhadores, a hora é de unidade, de luta!

Propomos os seguintes pontos essenciais para continuar a nossa luta:

- Orientar nossos filiados (as) a participarem das assembleias, a fim de ajudar na construção da Campanha Salarial, em defesa dos serviços públicos para a população e manutenção dos direitos conquistados.

- Utilizar as redes sociais e outros meios e instrumentos de comunicação para denunciar à sociedade o caráter golpista e retrógrado do governo e os parlamentares que tem traído o povo brasileiro votando projetos que retiram direitos e vendem o estado brasileiro.
- Organizar um cronograma de visitas aos locais de trabalho para discussão e mobilizações dos temas da conjuntura, bem como para organizarem lutas contra as ameaças concretas aos direitos da maioria da população.
- Fortalecimento das secretarias.
- Organizar a luta política em defesa da nossa pauta, adotando também, como estratégia, a luta Jurídica a fim de obrigar este judiciário retrógrado a ter que se manifestar publicamente sobre direitos constitucionais dos servidores e da população pobre.
- Implementar a comunicação de forma a melhorar as informações entre todos as secretarias e filiados (as), incorporando todas as demandas de forma ágil para o conjunto das categorias dos servidores federais.
- Unir a luta em defesa dos servidores, à luta da população por um serviço público de qualidade.
- Ajudar a manter a CUT e a CONDSEF/FENADSEF independentes de todo e qualquer governo.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

- A conjuntura, o acirramento da luta de classes, o ataque aos direitos da classe trabalhadora, a implantação de novos métodos de produção e gestão nos setores públicos multiplicam desafios para o movimento sindical, ameaçam sua credibilidade e conquista de sindicalizados. Neste contexto, destacamos, inicialmente, três aspectos: sindicato geral; inclusão das juventudes e sustentação financeira.
- A cada nova experiência de organização sindical; a cada categoria/ setor de trabalho que se incorpora à base SINDSEP-MT; a cada luta/ pauta específica que se apresenta, para nós é uma reafirmação da nossa concepção de sindicato geral, pois, por mais que possa parecer “única, exclusiva, particular”, as demandas, problemas, impasses, ameaças e oportunidades estão ligadas ao processo de trabalho, aos conflitos da relação de trabalho no serviço público, à concepção do papel do Estado e do serviço público.
- É uma reafirmação dessa concepção que pensa o serviço público como um todo. Não importa o tipo, tamanho e função do órgão público, somos todos trabalhadores e trabalhadoras da administração pública federal, com um só patrão, um só gestor: o Estado Brasileiro.
- Nesse contexto, o desafio do trabalho de organização sindical por local de trabalho, na base dos diversos órgãos, com novos ou velhos servidores, com toda a complexidade de composição que possa haver no quadro de pessoal; com todas as contradições de modelos de gestão pública e/ou de perfil dos dirigentes, nos leva a praticar e reaprender a solidariedade da classe trabalhadora.
- Também nos deparamos com a reflexão de como nossa concepção de organização sindical é instigante e ousada, pois traz um princípio fundamental que a atual conjuntura brasileira (e mesmo internacional) nos mostra como é caro: a igualdade.
- Esta, ainda encontra muita resistência para ser um valor, uma unanimidade nacional. Sem ela, não podemos entender um serviço público universal, gratuito, com igualdade de oportunidades para trabalhadores, trabalhadoras e usuários do serviço público; não podemos defender políticas públicas voltadas para a inclusão social; não podemos construir organização de trabalhadores pautada na solidariedade.

- Trabalhadoras e trabalhadores dos diversos órgãos precisam refletir para além da sua condição quer de servidor pelo RJU, quer de empregados pelo regime de trabalho da CLT, na perspectiva de melhorarem suas condições de trabalho, para que se efetive como de qualidade, com trabalho decente, com equidade entre os segmentos; para fortalecerem sua organização enquanto classe trabalhadora, indo além de imediatismos econômicos ou jurídicos.
- Contribuir com a defesa dos direitos dos trabalhadores (as) do serviço público, nacionalmente ou nos estados, nos faz caminhar defendendo constantemente os princípios acima abordados. Não sabemos se estamos sendo entendidos na mesma proporção do que nos dispomos a praticar.
- As novas tecnologias da informação, com seus diversos instrumentos e as novas manifestações culturais criaram possibilidades de comunicação, organização e relacionamento político-cultural e de socialização não exploradas pela nossa entidade.
- Como as juventudes (no plural por sua diversidade e diferentes inserções na sociedade) se comunicam e se organizam através dessas novas ferramentas, o movimento sindical precisa se renovar por esses jovens e esses novos formatos de socialização. Com a reduzida realização de concurso público, essa renovação é um grande desafio para as entidades sindicais do serviço público.
- Outra estratégia que repercute na baixa sindicalização das juventudes é a estratégia neoliberal da competitividade, com a imagem vendida pela mídia de que “para vencer na vida, basta o esforço individual”. Com isso, a sindicalização parece anacrônica, sem sentido, pois a organização e luta coletivas são a essência do sindicato.
- Assim, o movimento sindical deve utilizar novas formas de ação que sensibilizem os jovens, disputem sua consciência, dialoguem de forma apropriada a suas expectativas e necessidades, oportunizem o diálogo com outros movimentos sociais. Táticas importantes para formatar uma cultura político-sindical renovadora para nossas bases.
- Para cumprir a vocação de lutas e compromisso com a classe trabalhadora, o movimento sindical deve ser livre e autônomo, sem leis, sem determinações do Estado, dos patrões ou de partidos. Devem ser os trabalhadores, em seus fóruns legítimos, a determinar sua organização, suas formas de luta, seus instrumentos de auto- sustentação financeira.
- Não podemos nos desviar por outros caminhos que substituam a contribuição sindical, que nos leve à burocratização, ao afastamento progressivo da classe trabalhadora. Um sindicato de luta saberá que as filiações e contribuição voluntária garantirão as condições para o enfrentamento e reforçarão a representatividade do sindicato. Portanto, devemos continuar a dizer não ao imposto sindical, pela liberdade e autonomia sindical!

PLANO DE LUTAS E TAREFAS PARA A CONJUNTURA 2018/2019
CAMPANHA SALARIAL 2018
NEGOCIAÇÃO SALARIAL E DEFESA DOS SERVIDORES E SERVIÇOS PÚBLICOS

- Que a Condsef/Fenadsef construa um cronograma de atividades/mobilizações junto com as entidades nacionais do FONASEFE com vistas na campanha salarial, exigindo o cumprimento, por parte do governo, de todos os acordos assinados em 2015, protocolos e memoriais de intenções firmados entre o governo, CONDSEF/FENADSEF e a CUT; Discussão e aprovação do orçamento da União, e uma campanha nacional em defesa dos servidores, serviços públicos e estatais, e imediata revogação da EC-95, e definir o Dia Nacional de Luta dos SPFs na data que o PLOA 2019 for encaminhado ao Congresso Nacional. Que a Condsef/Fenadsef e as entidades pressionem os parlamentares federais para apresentarem emendas na PLDO e LOA, para garantir reajuste salarial em 2019.
- Correção salarial com aplicação do índice do DIEESE, de 25,63% referentes as perdas históricas entre 2010 até 2018. Índice de reajuste linear que reponha a inflação do período e definição de uma política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações, e definição da data base (1º de Maio);
- Extensão dos índices da lei 13.464/17, (que concedeu reajustes para as carreiras ditas típicas de estado), para todos os servidores públicos federais;
- Aplicação do valor de no mínimo 50% per capita da União para a manutenção dos planos de saúde dos servidores;
- Equiparação com a Lei 12.277/10 para todos os trabalhadores que estão com a remuneração abaixo dos cinco cargos específicos (NS, NI e NA);
- Defesa do Regime Jurídico Único - Lei 8.112/90 na Administração Pública Federal, com o fim de outros regimes que precarizam os direitos dos (as) trabalhadores (as);
- Regulamentação da Negociação Coletiva na Administração Pública Federal, Estadual e Municipal;
- Construção e aprovação imediata de um PCCS para os SPFs com ampla participação dos servidores, e criação de comissões nos órgãos para subsidiar a construção do PCCS; Campanha nacional contra as contratações amplas sem concurso público, contra a privatização e terceirização, por uma política que garanta segurança do concurso público e contra as demissões arbitrárias na PAP's sem direito de defesa. Abertura de concursos públicos para todas as funções público-estatais;
- Organizar Fóruns, estaduais e Municipais onde tem servidores públicos federais.

REVOGAÇÃO DAS CONTRARREFORMAS QUE RETIRAM DIREITOS E APROVAÇÃO DE REFORMAS QUE AMPLIAM DIREITOS

- Revogação da reforma trabalhista e terceirizações e combate à antirreforma da previdência. Contra o fator previdenciário e a retirada de direitos da Previdência Social;
- Aprovação do Imposto sobre as grandes fortunas. Taxar o lucro dos grandes empresários e as grandes fortunas, para investir em saúde e educação;
- Reforma Urbana e Reforma Agrária. Moradia para todos e terra para quem nela trabalha, com uma política de moradia para atender a todos os trabalhadores;
- Auditoria imediata e suspensão do pagamento da dívida pública;

- Abertura e publicidade das contas das empresas com contrato com o poder público; proibição de remessas de lucro para o exterior;
- Eleição e revogabilidade a qualquer momento dos mandatos de todos os cargos políticos, de juízes, cargos de chefia de órgãos públicos e empresas estatais;
- Apoio irrestrito aos movimentos grevistas dos trabalhadores; pelo direito de greve;
- Implantação do salário mínimo de acordo com o índice do DIEESE, reajustando de acordo com a inflação;
- Reestatização das empresas já privatizadas e mais nenhuma privatização;
- Aprovação das Reformas Estruturais (Reforma Agrária, Reforma Tributária, com revisão da Tabela do Imposto de Renda; Reforma Política e Democratização da Mídia), e em defesa do meio ambiente;
- Fim do Financiamento Empresarial de Campanha Eleitoral;
- Contra o Plano do Governo Temer de Ajuste Fiscal, de Reforma do Ensino Médio e do Desmonte do Estado, e luta contra os projetos “Escola Sem Partido”;
- Fim do Imposto Sindical;
- Contra o assédio moral nos locais de trabalho;
- Instituir gratificação de qualificação (GQ) e retribuição de titulação (RT) para todos os setores que ainda não tem esse direito;
- Cumprimento do Mandado de Injunção 880/09, na sua íntegra;
- Reajuste dos benefícios pelo maior valor pago no Serviço Público Federal;
- Implantação do turno ininterrupto de 6 horas, sem redução de salários, para os servidores que fazem atendimento ao público e do turno de 7 horas ininterruptas, com uma hora de sobreaviso, para aqueles que não fazem atendimento ao público;
- Descentralização das políticas do governo com fiscalização e acompanhamento de todos os convênios por servidores efetivos.

DIREITOS DA MULHER

- Efetividade de Políticas Públicas no combate: à violência contra a mulher, crianças e adolescentes; à violência doméstica; à violência sexista no local de trabalho, e fortalecimento das políticas existentes pelo reconhecimento do trabalho do lar realizado pelas mulheres, assim como o cuidado familiar;
- Aplicação efetiva da Lei Maria da Penha;
- Ampliação da rede de creches e da escola pública de tempo integral;
- Campanhas de valorização da imagem social da mulher;
- Ampliação dos direitos sociais voltados para a maternidade, formação profissional, acesso à saúde preventiva e curativa, proteção à infância, à adolescência e à juventude;
- Formação das mulheres para o debate, conscientização e a prática de liberdade e autonomia sindical; para ocupação dos espaços de poder no trabalho, no sindicato, na política, na vida.

DIREITOS DAS DIVERSIDADES

- Realização de ações afirmativas de resgate de cidadania de negras e negros;
- Contra qualquer política discriminatória que afete a igualdade de oportunidades no serviço público, com viés de gênero, raça, geração e orientação sexual;
- Tratamento da temática da juventude como ponto permanente e inclusivo no cotidiano do movimento sindical, para não a ser mero acessório e sim protagonista;

- Acompanhamento da agenda legislativa para defender direitos dos trabalhadores e trabalhadoras LGBT;
- Combate a formas de utilização da juventude como força de trabalho “descartável”, com precarização e desigualdade salarial;
- Efetividade de acordos e convenções internacionais que digam respeito à promoção da igualdade e combate à discriminação racial ou étnica, religiosa, de gênero, de orientação sexual ou de juventude;
- Democracia nas Instituições públicas de educação para efetiva participação de mulheres, negros, jovens e LGBT;
- Incluir nas formações a discussão sobre as eleições de 2018, a importância de eleger um Congresso que represente e defenda as pautas sociais (direito das mulheres, índios, negros, LGBTs);
- Inserir em todas as atividades e debates os temas transversais que dialoguem com os trabalhadores/servidores e sociedade (raça, gênero, LGBT, saúde do trabalhador, política educacional).

EDUCAÇÃO, SAÚDE E FORMAÇÃO POLÍTICA

- Campanha nacional articulada com outras entidades em defesa de 10% do PIB para educação;
- Compromisso de ajudar e defender o DIEESE a recompor as suas finanças e a sua estrutura;
- Por uma política nacional de formação política da base através de cursos de formação no local de trabalho. Incluir nas formações a discussão sobre o processo eleitoral para eleger um Congresso que represente os trabalhadores e defenda os serviços públicos gratuitos e de qualidade. Campanha em defesa irrestrita e incondicional do SUS e de suas instâncias;
- Que o SINDSEP-MT trabalhe no sentido de fortalecer o SUS. Contra a proposta nefasta dos planos de saúde particulares e os de auto-gestão patrocinado pelo governo;
- Lutar para criarem planos de saúde de baixo custo e sem franquias.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL

- Eleições gerais de outubro de 2018, pois, na nossa avaliação, é chegada a hora de fazer uma faxina neste que é o pior Congresso dos últimos 50 anos;
- Orientar os filiados (as) a participarem das atividades da Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo. Sentido de conscientizar a classe trabalhadora e a sociedade, num todo, de que para rever as contrarreformas trabalhista, EC 95 e a terceirização, além de evitar a reforma da previdência, e de efetivar a participação nas eleições para mudar a composição do Congresso Nacional.
- Fortalecimento dos fóruns dos trabalhadores nos estados (CUT, Intersindical, CTB, CGT e outras entidades, nos campos e cidades) para elaboração de jornais, eventos, atos para discutir com a sociedade, buscando seu apoio contra o capital;
- Atuar diretamente com os movimentos sociais, sindicatos, centrais sindicais, entidades democráticas, estudantis e populares, que organizam a luta em defesa da democracia, contra o golpe da retirada dos direitos dos trabalhadores e do retrocesso nas conquistas sociais dos últimos 30 anos de luta dos movimentos sociais.
- Fortalecer os fóruns, criar comitês populares, ocupar sistematicamente e qualitativamente os espaços de controle social institucionalizados ou não para fazer a disputa da sociedade

para mobilizar contra a EC 95 e na construção de políticas públicas que atendam às necessidades da população;

- Trabalhar com bandeiras e conceitos que são consensuais com outros movimentos, buscando construir a unidade em defesa da democracia, pelas reivindicações dos trabalhadores, contra o golpe e em defesa da soberania nacional; não é momento de divisão nem fragmentação das forças sociais e políticas que tem efetivo compromisso na luta contra a ofensiva destruidora do imperialismo.

COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

- Campanha dos servidores federais: usar programas e chamadas nas rádios convencionais e comunitárias para atingir público de massa;
- Realizar alinhamento da comunicação com a CUT/Condsef/Fenadsef com objetivo de aproveitar as competências profissionais e experiências já alcançadas com estruturas que podem ser utilizadas na produção e divulgação mais ampla do conteúdo de interesse dos servidores e da sociedade que utiliza os serviços públicos.
- Para denunciar o desmonte do serviço público e desmitificar essas ideias negativas é urgente o investimento em comunicação voltado não só para servidores como para a sociedade.

Cuiabá-MT, 28 de setembro de 2018.



Carlos Alberto de Almeida
Presidente do SINDSEP-MT

Deliberações do XII Congresso

- O XII Congresso do SINDSEP-MT deliberou pela filiação no DIEESE;
- Reafirmou a deliberação de ajuda aos Movimentos Populares, Sociais, Estudantis, MST, etc;
- Deliberou ainda que a Direção do SINDSEP-MT denuncie junto ao Ministério Público, Ministério da Saúde, a forma de tratamento por parte do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Mato Grosso, também denunciar que os servidores quando precisam deslocar do seu município para fazer perícia médica, convocada pelo Núcleo, os mesmos têm que arcar com as despesas do seu bolso.
- Posicionou contra as indicações políticas para chefiar os órgãos, posicionando que essas chefias têm que ser exercidas por servidores de carreira;
- Também deliberou pela criação de um Fundo Assistencial de Saúde, ficando a critério do Sindicato a realização de uma rifa com o objetivo de arrecadar esse fundo. A criação desse Fundo foi discutida e aprovada em todas as Assembleias por Local de Trabalho quando da eleição dos delegados para o XII Congresso;
- Participação nas atividades convocadas pela CUT/CONDSEF/FENADSEF;
- Reafirmou as resoluções da Plenária da CONDSEF/FENADSEF do dia 07/07/2018
 - CONDSEF/FENADSEF e suas filiadas incorporaram a implementação da Campanha Nacional da CUT, em defesa das estatais e serviços públicos, participando ativamente nos estados, de lançamento e divulgação da Campanha;
 - CONDSEF/FENADSEF deverá apresentar aos candidatos a plataforma da classe trabalhadora, e cobrar dos mesmos, compromisso com as demandas da defesa dos servidores e serviços públicos;
 - CONDSEF/FENADSEF, juntamente com suas entidades filiadas, dará apoio aos candidatos a deputados federais, estaduais, senadores, governadores, que são da base da nossa categoria, que evidentemente estejam comprometidos com a defesa dos servidores e os serviços públicos de qualidade;
 - CONDSEF/FENADSEF fazer uma campanha nacional em defesa dos empregados públicos e da EBSERH.

Cuiabá-MT, 28 de setembro de 2018.



Carlos Alberto de Almeida
Presidente do SINDSEP-MT

Moção de Repúdio

Os(as) Delegados(as) do 12º Congresso do SINDSEP-MT, realizado nos dias 21 a 24 de agosto de 2018, vêm repudiar o descaso do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Mato Grosso, por deixar sem comunicação os servidores descentralizados dos municípios do estado de Mato Grosso, há quase 100 (cem) dias. Além disso, repudiar o descaso com os servidores do interior que precisam deslocar-se para perícias e não recebem nenhuma ajuda de custo para a viagem, dependendo do auxílio do SINDSEPMT.

João de Deus da Silva Filho
MS/Sinop

Moção de Reconhecimento

Os servidores do Ministério da Saúde demonstram aqui seu agradecimento à Equipe do PSF, da Vila Cardoso (Rondonópolis-MT), pela luta na recuperação do servidor aposentado Ministério da Saúde **Ivo Rosa de Moraes**, acometido da doença (Alcoolismo).

Manoel Martins
MS/Rondonópolis